

Trabalho & Educação entrevista

Lucie Tanguy

Tradução e organização: Eloísa Helena Santos

Lucie Tanguy é pesquisadora do *Centre National de Recherche Scientifique*, a mais importante instituição pública francesa no campo da pesquisa. Autora de várias obras, dentre elas, *Savoirs et Compétences*, 1994 (livro organizado com Françoise Ropé); *L'introuvable relation formation-emploi, un état des recherches en France*. 1986. (organizadora); *L'enseignement professionnel en France. Des ouvriers aux techniciens*, 1991. Possui, no entanto poucas traduzidas para o português. Referência importante no universo da educação e trabalho, Lucie Tanguy esteve, em junho último, no Brasil, para contatos, apresentação de seu trabalho e discussão com diferentes grupos e núcleos de estudos e pesquisa comprometidos com a temática educação e trabalho. Esteve na Faculdade de Educação da UFMG, a convite do NETE - Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação - onde, além de uma palestra gravada em vídeo e à disposição dos interessados, nos deu a seguinte entrevista:

T&E - Gostaríamos que você nos apontasse as grandes temáticas de pesquisas na área de Trabalho e Educação em desenvolvimento na Europa.

Lucie - Eu não vou falar da totalidade de pesquisas que são desenvolvidas no domínio da educação e trabalho uma vez que isto não está definido de maneira muito precisa. Como o título mesmo diz, educação e trabalho são cada um campos específicos. Enquanto a pesquisa é relativamente bem delimitada no domínio da educação, no domínio do trabalho não é bem assim. Tudo que é da relação entre a educação e o trabalho está em

rápida constituição mas, seus contornos não são ainda absolutamente acabados e têm evoluído com o tempo. Eu poderia indicar grandes temáticas que nós distinguimos na primeira obra coletiva que eu coordenei, intitulada *L'introuvable relation formation-emploi; un état des recherches en France*, onde nós fizemos a constatação de que havia, na época, três grandes temáticas de pesquisa..

A primeira grande temática diz respeito a tudo o que concerne à inserção profissional dos jovens, a inserção social e profissional dos jovens. Este subdomínio era abordado a partir de dois ângulos de aproximação diferentes. O primeiro deles é adotado pelos sociólogos a partir da noção de juventude. Há uma preocupação em examinar o que significa esta noção que nós empregamos freqüentemente no singular, embora seja preciso conjugá-la no plural porque ser jovem para as crianças de meio popular não é a mesma coisa que ser jovem na classe média ou na classe superior. Não é também a mesma coisa para um homem e para uma mulher. É preciso pois conjugá-la no plural e mostrar, sobretudo, como este período do ciclo de vida é situado entre o estatuto da adolescência e o estatuto de adulto. É preciso mostrar, também, como este estatuto, hoje, é transformado pelo desemprego pois, a passagem entre a adolescência e a vida adulta é consideravelmente estendida. Esta transformação vai se estender a todos os aspectos da vida social, não simplesmente ao acesso ao emprego mas, também, à instalação da vida em casal que é retardada, à decisão do casamento que, na França, se faz cada vez mais tardiamente e, ainda mais, à decisão de ter filhos. Este momento da passagem da adolescência à vida adulta se encontra transformado a partir de uma razão econômica. Estende-se também à dependência em relação aos pais por que estes jovens mantêm-se dependentes economicamente de seus pais ou mesmo avós. Vemos, hoje, uma solidariedade se desenvolver entre três gerações para fazer face ao desemprego. Os avós intervêm para ajudar seus netos que fazem estudos ou que estão no mercado de trabalho. Este é um primeiro ângulo de aproximação que é adotado especialmente pelos sociólogos, a partir de uma concepção da sociologia compreensiva que visa sobretudo restituir o vivido dos jovens, a situação vivida dos jovens.

Um outro ângulo de aproximação que é desenvolvido pelos sociólogos, notadamente pelos sociólogos do trabalho e pelos economistas é aquele da inserção profissional propriamente dita, do acesso ao emprego. São analisados, aqui, os mecanismos de mercado que discriminam mais

particularmente os jovens e as mulheres, além de políticas que foram implementadas para organizar este período de inserção profissional. Estas políticas visavam fazer obstáculo aos efeitos segregativos do mercado de trabalho e favorecer o acesso dos jovens menos diplomados embora seus resultados não sejam muito sensíveis e não consigam resistir a estes efeitos. Às vezes, são até mesmo desviadas de seus objetivos e utilizadas também por certas empresas para favorecer a adaptação a um posto de trabalho particular numa empresa. Pontos de vista, pois, bem diferentes em torno de uma mesma grande temática que é a situação da juventude e a dificuldade para a sua entrada no mercado de trabalho. Esta é uma primeira grande temática que é objeto de investigação pluridisciplinar e isto desde o início dos anos 1980. Continua, hoje, a ser um domínio cada vez mais estudado, inclusive por outros métodos que fazem apelo a outras teorias como aquelas do interacionismo ou da etnometodologia. Temos aí uma primeira grande temática.

Uma outra grande temática que foi selecionada nesta obra citada anteriormente diz respeito às instituições e às políticas de educação e de formação. Aqui, eu insisto em dizer que não são as mesmas aproximações que se aplicam às instituições escolares e às instituições de formação. A grosso modo, as instituições de educação e as políticas de educação são estudadas ou pela sociologia da educação ou pelas ciências da educação, enquanto as instituições de formação e as políticas de formação o são, também, talvez, pelos sociólogos mas, muito mais freqüentemente, a partir da vertente do trabalho. São, pois, espaços diferentes e a temática das instituições é, talvez, menos desenvolvida que anteriormente. A análise dos organismos de formação que se desenvolveram sob a tutela das empresas, no quadro da formação profissional e continuada dos trabalhadores, resta relativamente pouco conhecida, senão simplesmente dentro de características gerais. Conviria, pois, desenvolver este tipo de análise. No meio dos anos 1980, as aproximações realizadas eram ainda herdeiras de teorias desenvolvidas nos anos precedentes, sobretudo a teoria da reprodução, fortemente criticadas e depassadas desde então.

Outra grande temática era a que concerne aquilo que nós chamamos qualificação e classificação. Esta é uma questão muito importante na França, sobretudo desde a segunda guerra mundial, porque é um lugar onde se negocia entre organizações profissionais patronais e sindicatos

de assalariados tudo que é relativo ao modelo de recrutamento, de fixação num emprego ou posto de trabalho, tudo que é salário, remuneração e organização da carreira do assalariado. Isto foi muito desenvolvido no fim dos anos 1970 e início dos anos 1980, em termos, algumas vezes, um pouco confuso de desqualificação, de subqualificação. Este debate era, na minha ótica, mal colocado porque fazia abstração daquilo que havíamos trazido como tipo de análise sobre a qualificação do trabalho e que insistia em dizer que a qualificação não é uma propriedade substancial mas uma relação social que resulta de uma confrontação que se faz no mercado de trabalho, sendo objeto de conflito entre parceiros que têm pontos de vista diferentes. Sobretudo, a qualificação não se reduz à formação, à educação dos trabalhadores. A formação é uma dimensão da qualificação mas, há outras como a antiguidade, a experiência, a responsabilidade que é requerida em um posto de trabalho. É toda uma esfera que, hoje, se persegue mas, diferentemente, menos centrada sobre a noção de qualificação. Talvez haja um deslizamento de uma parte desta noção de qualificação em direção à noção de competência com tudo que ele provoca justamente do ponto de vista da natureza da relação social que recobre cada uma destas noções. É um tipo de reflexão que há dentro desta temática e, talvez, a principal mudança seja esta, da qualificação à competência.

Eu volto um pouco atrás, a propósito das instituições e das políticas de educação e de formação, para dizer que as políticas de formação foram objeto de investigações mais numerosas nos anos 1990. Nestes últimos anos, houve uma multiplicação de políticas de emprego implementadas pelo Estado para organizar a inserção profissional e, ainda, mais geralmente, de luta contra o desemprego. Elas eram destinadas, também, à população, à chamada categoria de desempregados de longa duração, que são aqueles que, na França, permanecem desempregados mais de um ou dois anos. Estas políticas foram estudadas nos seus objetivos mas, também, a partir da avaliação a que são submetidas todas as políticas públicas, hoje em dia. É, freqüentemente, a partir das avaliações que estas políticas sofreram, que as conhecemos e, notadamente, seus resultados. Por outro lado, o que foi pouco estudado são as categorias de pensamento que presidem as avaliações destas políticas públicas, destas políticas de emprego. Penso que elas deveriam ser estudadas na medida em que presidem as avaliações, transformam nosso modo de pensar e tentam institucionalizar um certo número de pontos de vista

que são inerentes a esta idéia de avaliação. Estas políticas e instituições de formação são, hoje, estudadas muito mais interiormente, sobretudo naquilo que nós chamamos descentralização, quer dizer a passagem do poder do Estado ao poder das regiões em matéria de formação profissional. É a região que tem, hoje, a autoridade sobre tudo que é formação profissional, seja a formação profissional inicial dos jovens, seja também, a formação profissional continuada. Estas regiões não têm experiência na matéria e isto dá lugar a novos tipos de pesquisas. Dá lugar, especialmente, ao desenvolvimento de instâncias paritárias que intervêm de maneira conjugada em matéria de organização da formação profissional continuada e, sobretudo, no dispositivo inserção profissional de jovens, constituídas pelas organizações profissionais patronais e sindicatos de assalariados. Há todo um desenvolvimento de atividades que são teoricamente negociadas por estes parceiros, organização profissional patronal e sindicato de assalariados mas, do meu ponto de vista, as pesquisas não são bastante avançadas para afirmá-lo de uma maneira rigorosa. Parece, ainda, uma parceria em negociação e, assim mesmo, sob a direção do patronato que tem uma capacidade de proposição neste universo o que não acontece com os sindicatos de assalariados, dada a baixa taxa de sindicalização e a sua fraqueza que tem como consequência a pouca capacidade de intervir aí. Todo este campo da formação está se estendendo consideravelmente, tendo em vista o desenvolvimento da formação continuada nas empresas e o desenvolvimento da formação em alternância no quadro do dispositivo de inserção profissional de jovens. Todo este meio de formação, todas as atividades de formação se desenvolvem numa espécie de consenso que é, de fato, uma ausência de capacidade de intervenção de um dos parceiros. Na França, o domínio da educação é uma questão eminentemente política. É, talvez, a única questão, a do estatuto da escola, que faz descer um milhão de pessoas na rua desde que ela é tocada. Se for um governo de direita, um milhão de pessoas de esquerda descem para a rua. Se for um governo de esquerda que toca esta questão, um milhão de pessoas de direita descem. Logo, entre nós, a educação é, de fato, um domínio eminentemente político. Contrariamente, o domínio da formação é um espaço completamente despolitizado. Esta é uma situação muito importante que começa a ser estudada mas que o é, ainda, de maneira insuficiente.

T&E - Quais as principais equipes de estudos e pesquisas sobre Trabalho e Educação em desenvolvimento na França?

Lucie - O programa de pesquisa que eu desenvolvo no CNRS - (*Centre National de Recherche Scientifique*) - intitulado não educação e trabalho, mas *Éducation et Formation en Europe*, é um dos eixos prioritários da política de pesquisa em ciências sociais do CNRS, neste momento, ao lado de outros uma vez que há mais de uma dezena de programas prioritários. Este programa tem uma presidente, que sou eu, que sou assistida por um comitê científico que compreende pesquisadores pertencentes a disciplinas diferentes, psicólogos, pedagogos, economistas, sociólogos da educação, do trabalho, e também pesquisadores europeus, um alemão e um britânico com a finalidade de cobrir a pesquisa comparativa. O programa comporta um certo número de temáticas que eu vou enunciar mas gostaria, primeiramente, de dizer quais são os seus objetivos. Ele visa estruturar um espaço de pesquisa que é heterogêneo, porque constituído por disciplinas e meios diferentes. De um lado, aqueles que trabalham sobre a vertente da educação e pertencem ao meio da psicologia, da sociologia, ou da educação. Estes ignoram e não se interessam por aquilo que se passa nas empresas e, mais geralmente, por tudo que se desenvolve sob o nome de formação. De outro lado, aqueles que trabalham no universo da formação e se colocam na vertente do trabalho. Estes ignoram, relativamente, os trabalhos que já foram feitos, os quadros de análise, os caminhos que foram elaboradas na esfera da educação. Então, a perspectiva é de estruturar um espaço de pesquisa colocando em relação, levando meios diferentes a se confrontarem. Isto a partir de uma aproximação pluridisciplinar, de disciplinas diferentes que se aplicam às mesmas temáticas. Um outro princípio de estruturação deste espaço de pesquisa é o desenvolvimento de análises comparativas porque nós estamos atualmente num momento de integração da Europa e há uma urgência em fazer análises comparativas. Já há análises efetuadas mas nós não temos ainda um acúmulo de pesquisas comparativas e a política da Comissão Européia visa objetivos práticos, pesquisas de finalidade prática muito mais que pesquisas propriamente com o objetivo de conhecimento científico. É por isto que o programa, no que diz respeito à análise comparativa, tenta refletir sobre os instrumentos necessários para fazer este tipo de pesquisa, notadamente

sobre as categorizações estatísticas, a nomenclatura, tudo que é método que consideramos, em geral, como neutro e completamente naturalizado. Há, hoje, no contexto deste programa, estudos que são financiados e que analisam as categorias que presidem a análise do funcionamento de sistemas educativos na Alemanha, Grã-Bretanha, Itália e na França. São instrumentos realmente preliminares para se ter uma compreensão ampla disto.

Tendo explicado os princípios de estruturação do espaço de pesquisa do programa, eu volto às temáticas às quais estes princípios vão se aplicar para fazer confrontar pesquisadores que pertencem disciplinas diferentes colocando em relação suas análises respectivas.

Há uma grande temática que se chama saberes e competências sobre a qual trabalham pedagogos, psicólogos, sociólogos e economistas. Esta questão da cognição, das aprendizagens é hoje abordada por todas as disciplinas pois há na realidade social, nas práticas, nas políticas, uma centralização sobre os atributos cognitivos dos assalariados. Uma das coisas que designa a noção de competência é esta centralidade sobre o conhecimento, sobre os atributos cognitivos dos assalariados, sobre suas aprendizagens. É uma grande temática que visa confrontar as análises que fazem uns e outros e permitir uma compreensão ampla desta questão de modo a evitar o emprego da noção de cognição, de saber, de cognitivo, indiscriminadamente. De um modo geral, os sociólogos e economistas utilizam esta noção de uma maneira pouco rigorosa, um pouco reproduzindo a linguagem social, enquanto que os pedagogos, os psicólogos estão muito atentos a definir este registro, que é a cognição. Esta temática, sobre a qual há várias pesquisas que foram financiadas nestes dois últimos anos, e que este ano deverá ainda o ser, se o recurso nos for atribuído, será objeto de uma jornada de estudos no mês de outubro. Neste momento, todos estes pesquisadores que foram financiados irão apresentar suas análises uns para os outros e se confrontarem, inclusive com os pesquisadores de outros países europeus. Sobretudo os da Grã-Bretanha, onde esta questão está na ordem do dia e onde eu estou implicada acompanhando um programa similar a este que eu dirijo na França e que se chama *Learning Society*, de difícil tradução em francês, mas que significa uma sociedade de aprendizes, mostrando bem a focalização que há sobre a questão das aprendizagens e da cognição. Na Grã-Bretanha há, deste modo, um programa muito mais focalizado que o meu, que é muito mais amplo. No

entanto, uma das temáticas dá conta deste programa britânico e os pesquisadores britânicos estarão presentes nesta jornada de estudos para apresentar suas próprias análises. Esta é, pois, uma grande temática que é desenvolvida no interior deste programa.

Uma outra temática retoma o que eu citei mais atrás. Ela já foi desenvolvida nos anos anteriores mas, sobretudo, do lado da educação e concerne as instituições e as políticas de educação e de formação. A perspectiva aqui é, ainda, de confrontação em especial entre os sociólogos da educação e os sociólogos do trabalho que investem mais sobre as atividades de formação que se desenvolvem, no essencial, fora da escola, no trabalho, na empresa. São pesquisas que se aplicam à intervenção das organizações profissionais, patronais e de sindicatos de assalariados, principalmente na questão da definição e reconhecimento dos diplomas, nas classificações, na certificação profissional uma vez que, na França, os diplomas são monopólio do Estado. Entretanto, esta certificação profissional é cada vez mais desenvolvida no setor econômico, pelas empresas. Há, aí, todo um novo universo de estudos como a validação de competências que são efetuadas nas empresas por meio de procedimentos irregulares e informais. Este campo foi objeto de pesquisas financiadas no quadro desta temática e foi, também, objeto de uma jornada de estudos, em janeiro último, onde estes diferentes pesquisadores se confrontaram. Há, ainda, eu esqueci de mencionar, os historiadores e as ciências políticas já que toda esta esfera das políticas torna-se, hoje, um objeto de estudo das ciências políticas. Como eu lhes dizia, todas as políticas públicas estão sendo submetidas à avaliação. Enfim, a questão da inserção profissional que, além de muito importante, é objeto de pontos de vista diferentes.

Outra temática ainda é tudo aquilo que concerne a análise comparativa. Trata-se de uma ajuda proporcionada aos pesquisadores franceses destinada a lhes permitir responder às concorrências organizadas pela Comissão Européia para constituir redes. Esta Comissão exige que, para responder a uma concorrência européia, é preciso constituir equipes compreendendo ao menos quatro pesquisadores de quatro países diferentes, pertencentes à Europa do Norte ou à Europa de Sul. A idéia é atrair todos os países inclusive aqueles onde a pesquisa não está ainda muito desenvolvida, colocando-os em posição de dialogar com os pesquisadores da Europa do Norte que tem a sua pesquisa organizada há muito tempo.

As pesquisas desenvolvidas nos diversos países estão na obra que eu citei no início e se vocês querem indicações mais precisas é necessário recorrer a ela.

Eu vou abordar as pesquisas na França e, certamente, corro o risco de esquecer equipes, logo, adianto-lhes que as vou reproduzir de maneira indicativa. Trata-se de equipes com as quais eu trabalhei mais estreitamente.

Apresento, inicialmente, duas instituições que não são instituições universitárias, ligadas à universidade nem ao CNRS. De um lado, o *Institut National de Recherche Pédagogique*, o INRP. É uma instituição que tem um estatuto singular, onde há pesquisadores universitários mas, também, muitos professores dos liceus que fazem pesquisas com os universitários. Nesta instituição, há temáticas diferentes mas uma maior evidência sobre a pedagogia, a formação de professores. O INRP possui um Departamento de História que é muito importante na França. É ele que conserva e organiza os arquivos para dar a todos os pesquisadores interessados na história materiais a trabalhar. Do ponto de vista da história da educação e das instituições de educação há, também, uma equipe que vocês, talvez, conheçam, em torno de Jean-Michel Chapoulie e Jean-Pierre Briand que fizeram trabalhos muito interessantes sobre a história da escolarização na França.

Há, em Nancy, uma equipe pluridisciplinar muito importante com uma forte proporção de economistas, que se chama *Groupe de Recherche sur l'Éducation et l'Emploi* que há uns quinze anos desenvolve muitos trabalhos, em especial sobre a inserção profissional dos jovens não somente no mercado de trabalho mas, também, nos organismos de formação continuada.

Em Lille, há uma equipe de pesquisa muito importante sobre a educação, sobre a formação e sobre o trabalho, utilizando aproximações diferentes.

Em Toulouse, há uma equipe de pesquisa, talvez, também, com uma dominância de economistas.

Em Dijon, temos um organismo que se chama IREDU com economistas e sociólogos que desenvolvem pesquisas sobre educação, muitos

trabalhos sobre o funcionamento do sistema educativo, sobre a discriminação entre os sexos.

Quando falei do INRP, que não é ligado à universidade diretamente, eu esqueci de citar o CEREQ (*Centre d'Études et de Recherches sur la Qualification*), de grande importância na França. Foi criado em meados dos anos 1970, no quadro da planificação econômica, colocando em relação os fluxos de escolarização, a distribuição, a previsão da evolução dos empregos. O CEREQ é um organismo que funciona sob a dupla tutela do Ministério da Educação Nacional e do Ministério do Trabalho. Neste organismo trabalham, aproximadamente, cento e vinte pesquisadores e encarregados de estudos. Anteriormente, estava em Paris, hoje, está localizado em Marseille em consequência da política de descentralização. É um organismo que produz muitos estudos, não propriamente pesquisas mas, estudos que fornecem informações e que produzem sobretudo dados macro-quantitativos, que permitem aos pesquisadores desenvolver análises mais aprofundadas. Há neste Centro de Estudos um observatório sobre a saída do aparelho educativo e as entradas no trabalho. Fazem estudos sistemáticos, nove meses depois da saída da escola e dois anos depois para estudar o que se tornaram os jovens diplomados, a trajetória que eles seguiram e a sua situação atual. São dados extremamente interessantes e sobretudo exaustivos porque extraídos de grandes amostragens, de estudos longitudinais que seguem os jovens. Há estudos, também, sobre as políticas de formação das empresas, estudos sistemáticos sobre o investimento das empresas na organização da formação profissional continuada, o tipo de despesas que elas efetuam, a ação de formação que organizam, o lugar onde isto se organiza e, também, estudos regulares sobre o número de assalariados que seguem as ações de formação profissional continuada. Assim, a cada ano são publicadas as despesas das empresas em matéria de formação, os grandes tipos de ação de formação que são organizadas, e a distribuição por categoria de assalariado. Deste modo, sabemos que, a cada ano, um terço dos assalariados ativos seguem uma formação profissional continuada, o que é um dado importante. E que hoje em dia são as categorias intermediárias que são as beneficiárias destas ações de formação enquanto, anteriormente, nos anos 1970, início dos anos 1980, eram sobretudo as categorias superiores. Sempre foram as categorias de operários especializados, aqueles situados mais abaixo na hierarquia, que menos se beneficiaram destas ações de formação

continuada. Eu insisti um pouco neste organismo porque creio que ele faz parte da paisagem institucional na França, organizando a configuração desde campo de pesquisa. É de grande importância um organismo como o CEREQ, pelos estudos que ele efetua, pelas publicações de seus trabalhos na revista *Formation-Emploi*, que sai de dois ou três em três meses. Ela tem um comitê de redação, do qual participam universitários, e publica um número importante de artigos que induzem a orientação das pesquisas. Publica, também, uma revista mensal com o resultado dos estudos que eles efetuem. A revista *Formation-Emploi* tem um lugar importante neste campo. Esta instituição não tem equivalente nos outros países europeus. Quero sublinhar que o CEREQ não é uma instituição universitária, não se ocupa propriamente da pesquisa científica mas, de estudos e pesquisas importantes. Em torno dele há as universidades, as equipes universitárias e o CNRS.

Espero não ter esquecido muita gente pois eu seria mal vista pelos meus colegas e este panorama é, realmente, muito indicativo.

T&E - Quais são os setores da sociedade francesa que têm demonstrado maiores interesses no acesso e na demanda de produção de conhecimentos no campo de Trabalho e Educação?

Lucie - Na França, quem demanda estes conhecimentos, em primeiro lugar, é o Estado. A criação do CEREQ, na primeira metade dos anos 1970, mostra o interesse que o Estado teve bem cedo em ter conhecimento sobre este campo e em organizar a produção deste conhecimento. Há um outro organismo que eu esqueci de citar e que tem a sua importância neste domínio que é o *Centre d'Études sur l'Emploi*. Criado pelo Estado, sob a tutela do Ministério do Trabalho, ele organiza estudos e produz dados que tocam, talvez, de maneira menos central, a questão da formação e educação mas que a toca mesmo assim. O Estado demandou conhecimentos neste área bem cedo e de uma certa maneira ele impulsionou a organização desta pesquisa. Nestes últimos tempos, são os diferentes ministérios que organizam as concorrências para desenvolver estas pesquisas. O Ministério da Educação Nacional e o Ministério do Trabalho tratam, especialmente, a situação dos jovens no contexto do desenvolvimento do desemprego e das políticas de inserção.

Anteriormente, o Ministério da Pesquisa e também o que chamamos na França de *Comissariat au Plan*, instância criada em função da planificação e que não tem mais um papel tão importante no meio dos anos 1990 como teve há vinte anos, tendo em vista o declínio da política de planificação e, também, de certa forma, do recuo da intervenção do Estado. Ao lado do Estado, é o meio profissional que pode também demandar, principalmente as organizações profissionais, patronais ou os sindicatos de assalariados, por exemplo. Tradicionalmente, na França, o patronato sempre afirmou seu ponto de vista nesta esfera mas, preocupou-se relativamente pouco com a educação. Preocupou-se um pouco mais com a formação continuada dos trabalhadores mas, não de uma maneira exclusiva porque, aí, o Estado vai ter um papel importante durante longo tempo. Só recentemente o meio profissional patronal se preocupa com estas questões e demanda estudos e conhecimentos. São principalmente as grandes empresas que têm despesas importantes, algumas delas despendem até 8% de sua massa salarial para a formação continuada dos trabalhadores. Em consequência, têm necessidade de um certo conhecimento para orientar suas políticas. São demandas simples. Tudo isto é um pouco difícil de explicar pois, ao mesmo tempo, nestes últimos anos, enquanto a formação profissional inicial dos jovens está essencialmente na instituição escolar e sob a autoridade do Estado, de uma maneira minoritária há, hoje, por parte das empresas uma política que reivindica desenvolver tudo que é aprendizagem na empresa, enquanto formação inicial de jovens, o que é compartilhado com uma vontade do Estado. Deste ponto de vista, junto a esta tentativa de deslocamento do modo de formação profissional inicial da escola em direção à empresa há, também, a demanda da parte das empresas, e principalmente de grandes empresas. Quanto aos sindicatos de assalariados, há uma fraca capacidade de organização. Eles estão em declínio, uma vez que a taxa de sindicalização na França é da ordem de 10% e ainda realiza-se majoritariamente no setor público. A grosso modo, a taxa de sindicalização no setor privado é de 5%. Os sindicatos perderam muito de suas forças e capacidade de remunerar suas diretorias de tempo integral, pois é em função de sua capacidade de representação que eles os mantêm. Estes continuam a abandonar a atividade sindical para retornar a suas empresas. Outra coisa é o fraco interesse, desde a segunda guerra mundial, dos sindicatos operários pelas questões da educação. Na medida em que o essencial foi sendo cumprido na escola, eles deixaram esta tarefa aos sindicatos de

professores, à luta pela democratização, etc. No entanto, no período da primeira metade do século XX, havia um pensamento próprio dos operários sobre a educação que foi sendo perdido nesta segunda metade do século XX. Contrariamente, eles intervêm fortemente na formação que é um domínio organizado sob o modo de parceria, por ramo profissional, assegurando uma representação dos trabalhadores mas, com uma fraca capacidade de proposição.

Há, relativamente, pouca demanda da parte dos sindicatos de assalariados em matéria de pesquisa. É um universo que se constitui sob a pressão da demanda social, da evolução da realidade porque, na França, e não apenas na França mas, na maioria dos países europeus, o problema do emprego foi colocado no coração do sistema educativo por todas as políticas. Logo, é uma área que se desenvolve já que o sistema educativo tende a registrar a demanda que lhe é feita em função das transformações do mercado de trabalho. Registradas estas demandas, os questionamentos se colocam tanto aos psicólogos quanto aos sociólogos, etc. Neste domínio, se desenvolve na França o que chamamos a didática do saber profissional. Quer dizer, tudo que é relativo à aprendizagem no lugar de trabalho por assalariados adultos. Não se trata, pois, simplesmente, de estudos econômicos e sociológicos mas, também, de estudos didáticos, psicológicos.

Não sei se isto responde às suas perguntas, é muito geral, esquemático, mas é assim que assinalo, em grandes traços, a paisagem na França.

T&E - A propósito do estatuto dos pesquisadores que estão na universidade. Ele é definido em função de sua relação com uma instituição de pesquisa ou há, também, pesquisadores na universidade que não têm vínculos com o CNRS ou outras instituições de pesquisas do Estado. Há também demandas colocadas a estes pesquisadores?

Lucie - Há dois corpos. Os pesquisadores de tempo integral do CNRS, e os professores-pesquisadores das universidades. Esses são obrigados, pelo seu estatuto, a fazer o ensino e a pesquisa. Mas eles não a fazem com a mesma intensidade que os pesquisadores do CNRS que estão liberados da obrigação do ensino. Há, portanto, dois corpos de pesquisadores

mas, as equipes de pesquisadores como esta à qual eu pertencço, Trabalho e Mobilidade em Paris X, e estas que eu citei, em Lille, Toulouse, Dijon, etc. são equipes que compreendem ao mesmo tempo pesquisadores do CNRS e professores-pesquisadores. O programa destas equipes é efetuado em comum com este pessoal que tem estatutos diferentes. Isto coloca problemas e conflitos entre estas duas categorias pois os pesquisadores do CNRS são privilegiados. Eles estão liberados de obrigações de ensino enquanto os outros têm, notadamente nos primeiros anos da universidade, efetivos enormes e um número enorme de trabalhos a corrigir. Assim, é um trabalho enorme e a justo título nós consideramos que os pesquisadores do CNRS são privilegiados. Estas equipes de pesquisa respondem às demandas. É preciso compreender que todos, professores-pesquisadores da universidade ou pesquisadores do CNRS, devem responder às concorrências, encontrar contratos para organizar a pesquisa, pois eles recebem o seu salário mas não recebem dinheiro para fazer a pesquisa. Eles recebem dinheiro do Ministério da Educação Nacional e do CNRS para fazer funcionar o telefone, o correio, os computadores, as coisas de base mas, as despesas que devem ser organizadas para fazer enquetes, missões, etc. devem ser encontradas nas concorrências, logo, provêm do Ministério. Podem ser, também, demandas vindas de instituições particulares. Por exemplo, eu tenho colegas que trabalharam sobre os dispositivos de formação profissional das regiões, no contexto do deslizamento da autoridade do estado para as regiões, sobre a formação profissional, ou seja, as regiões, também encomendam pesquisas para ter informações sobre as políticas adotadas.

T&E - Qual o papel que uma revista temática sobre Trabalho e Educação pode exercer para a consolidação deste campo de estudos e atuação?

Lucie - Eu estou embaraçada para responder sobre o papel de uma revista sobre a temática educação e trabalho porque não tenho experiência neste sentido. Logo, para mim, é uma questão um pouco abstrata. Eu faço parte do comitê de redação de uma revista que se chama *Société Contemporaine*, revista generalista de ciências sociais sobre a pesquisa e, notadamente, a pesquisa de campo, de disciplinas diferentes, no interior da Europa mas, como eu lhes dizia, é mais uma revista generalista. Eu pertenci, anteriormente, ao comitê de redação da revista

Formation-Emploi que é publicada pelo CEREQ. Pertenço também ao comitê de redação de uma outra revista que se chama *L'Orientation Scolaire et Professionnelle* que é organizada pelo *Institut National d'Orientation Scolaire et Professionnelle*, onde são formados conselheiros de orientação. É um instituto de formação de conselheiros onde domina a psicologia mas onde a gente faz apelo também à sociologia para ter um conhecimento que assegure o processo de orientação, de formação, de direção das profissões. Esta revista publica pesquisas de psicólogos e, algumas vezes, também, de sociólogos. O último número deste ano é uma edição especial sobre Pierre Naville, para lembrar o seu papel no *Institut National d'Orientation Professionnelle* uma vez que ele começou como conselheiro de orientação. Quando ele escrevia *Théorie d'orientation professionnelle*, em 1945, demolia o ponto de vista dominante na época em matéria de orientação dizendo que as aptidões não tinham nenhum fundamento científico. Que antes de tudo, o que predominava era a divisão do trabalho e que a orientação se fazia em relação a este fundamento da divisão do trabalho. Naville, a partir desta obra, foi despedido desta instituição. Eu achei que seria interessante, uma vez que a história deu razão à Naville, fazer um número especial desta revista para lembrar quem ele era. E que, em definitivo, foi ele que teve razão e não os psicólogos da época, inclusive aquele que dirigia esse Instituto.

Minha experiência em matéria de revista é esta, daí a dificuldade em responder a esta questão sobre o papel de uma revista sobre trabalho e educação. Direi, simplesmente, que sei que há uma revista na Inglaterra que se chama *Education and Work*, publicada pela Universidade de Warwick, mas eu não estou certa. Penso que no banco de dados da universidade, vocês poderão encontrar as referências desta revista que nasceu, eu penso, no início dos anos 1980, relativamente recente. Eu não tenho sugestões a fazer pois não posso sugerir sem ter tido uma prática. Conseqüentemente, não posso dar senão conselhos muitos gerais e, talvez, em termos negativos. A boa fórmula se encontrará na prática, por correções e ajustes sucessivos mas, principalmente, posso dizer o que é preciso evitar. Parece que é preciso evitar fechar este campo. Evitar fazer uma especialização a mais além das que existem. Pois todas as vezes que colocamos barreiras nós nos especializamos demais e o grande perigo das ciências sociais, do meu ponto de vista, é o de uma especialização excessiva, o que constitui um obstáculo à

inteligibilidade da realidade social. A realidade é sempre muito complexa. Nós não podemos a analisar em toda a sua complexidade. Uma excessiva especialização na pesquisa não permite a imaginação trabalhar. Eu creio que é nas interfaces que está o mais fecundo. Frequentemente, as aproximações mais fecundas puderam ser efetuadas colocando em perspectiva coisas que parecem totalmente diferentes. Por exemplo, Goffman, e as análises interacionistas que colocam em relação o que se passa nos hospitais psiquiátricos, nas instituições escolares, nas prisões, em instituições bem definidas. A capacidade de colocar em paralelo o que se passa em diferentes esferas é muito importante do ponto de vista da inteligibilidade e da explicação. Eu creio, pois, que é preciso manter uma grande abertura. Revista aplicada a um domínio sim mas, permanecendo aberta, publicando muito amplamente e não dizendo: Ah! não, este tipo de artigo é realmente pouco centrado em relação às nossas preocupações! É preciso que os objetivos não sejam excessivamente estreitos ao defini-los no início. Por exemplo, e me desculpem o exemplo, é imodesto de minha parte mas, nós não podemos ter pontos de vista a não ser a partir de uma experiência. Eu acredito que este trabalho sobre saberes e competências tem uma única originalidade que é de ter colocado em perspectiva processos de transformação que se operam em duas esferas distantes da realidade, a educação e o trabalho, a partir de codificações técnicas da mesma natureza, designadas sob o nome de competências. A priori, quando nós começamos este trabalho, isto não estava dado, nós não tínhamos a mínima idéia de que íamos encontrar este tipo de coisa. É interessante ter uma revista no campo da educação e trabalho para fazer fecundar as diferentes pesquisas que se efetuam pois, como eu lhes disse a propósito do programa que eu dirijo, o aspecto pluridisciplinar é importante, o aspecto da confrontação entre diferentes disciplinas e diferentes perspectivas é importante, mas deixando as fronteiras abertas e não colocando grades, dizendo onde parar, aqui e lá.